

.....

Este artigo discute a relação entre educação e trabalho nos ervais mato-grossenses no período compreendido entre os anos de 1870 a 1930. O período circunscrito justifica-se por se tratar de uma época em que a economia do mate mais se desenvolveu. Objetiva-se fazer uma análise descritiva do processo de elaboração da erva-mate, observando as modificações e de que forma esses trabalhadores transmitiam às novas gerações o saber contido nesse trabalho. Como fontes foram utilizadas obras da historiografia, da literatura e entrevistas. Para enriquecer o conteúdo, esse estudo traz, também, a descrição do processo utilizando-se de fotografias. Como fundamento foi utilizada a teoria de Marx sobre a objetivação do trabalho.

Palavras-chave: Educação, Manufatura, Erva-mate, Fronteira, Mato Grosso

This article discusses the relation between education and labor in the Mato Grosso tea plantations during the period 180-1930. Its justification is that during this period that the plantations were most developed. The objective was to make a descriptive analysis of the process of elaboration of this plant, observing the modifications in the form with which workers transmitted to the newer generations knowledge contained in this labor. Histories, literature and interviews were used as sources. In order to enrich the content, the study also carries a description of the production process using photography. Marx's theory was used as its basis.

Keywords: Education, Manufacture Herbal-Tea, Frontier; Mato Grosso

Trabalho e Educação nos Ervais de Mato Grosso (1870-1930)*

Carla Villamaina :
Centeno :

Professora da Universidade :
Estadual de Mato Grosso :
do Sul - UEMS e da :
Universidade para o :
desenvolvimento do :
Estado e da Região do :
Pantanal - UNIDERP. :

Introdução

Devido às especificidades econômicas da região da fronteira com o Paraguai - produção da erva-mate e criação de gado - a educação do trabalhador e da maioria da população desenvolveu-se no próprio trabalho. Por esse motivo, realizaremos nesse estudo, uma análise de um trabalho desenvolvido na região que sustentou grande parte da população local: a exploração da erva-mate. Além disso, essa atividade econômica foi, no período descrito, uma das principais fontes de arrecadação estadual, chegando até mesmo a conceder empréstimos para o Estado.

O trabalho nos ervais era realizado em grande parte pela população paraguaia. Estes, por dominarem o processo técnico de produção da erva-mate, tornaram-se extremamente importantes como mão-de-obra

* Este estudo é parte integrante da dissertação de mestrado: *A educação do trabalhador nos ervais de Mato Grosso: crítica da historiografia regional, de suas concepções de história, trabalho e cultura (1870-1930)*, listada ao final nas Referências Bibliográficas. O trabalho foi orientado pela Prof^ª. Dra. Ana Lúcia Eduardo Farah Valente e financiado pela CAPES.

especializada da região. Começaram a migrar para o sul de Mato Grosso no final de Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) devido a grande instabilidade que se instalou nos anos seguintes no Paraguai, cujos reflexos afetaram diretamente o camponês que perdera a terra como seu único meio de sobrevivência.

Nessas circunstâncias, os trabalhadores eram empregados pelas empresas da região, principalmente as ervateiras, num sistema conhecido por *escravidão por dívidas*. O controle dos ervais em Mato Grosso foi realizado por longos 50 anos, no sistema de arrendamento e monopolizado pela Companhia Matte Larangeira¹, empresa

multinacional, com sede em Buenos Aires².

Esses migrantes, foram vindo pela fronteira seca, em grandes levas, e representaram uma das maiores ondas de imigração ocorridas na fronteira sul de Mato Grosso. Muitos, não tendo capital disponível, ocupavam as terras devolutas e logo eram expulsos pelos grandes proprietários acusados de cometerem crimes na região. Juntando-se aos indígenas escravizados pelos latifundiários da região, essa população foi empregada em várias atividades, numa região ainda carente de mão-de-obra.

Os indígenas bem como alguns brasileiros também foram incorporados aos trabalhos da erva-mate, mas a predominância sempre foi do trabalhador paraguaio. Isso se explica devido ao controle que essa população tinha do processo de traba-

O controle dos ervais em Mato Grosso foi realizado por longos 50 anos, no sistema de arrendamento e monopolizado pela Companhia Matte Larangeira, empresa multinacional, com sede em Buenos Aires.

¹ Grafado com “g” por tratar-se do sobrenome do fundador: Tomáz Larangeira.

² Os ervais na fronteira de Mato Grosso começam a ser explorados legalmente, no final da Guerra da Tríplice Aliança (1864 - 1870), em uma vasta região do cone sul do Estado de Mato Grosso. Tomáz Larangeira, tendo participado como fornecedor de alimentos para os combatentes da Guerra consegue, em 1882, permissão do governo imperial, para explorar a erva-mate da região. Apesar de não ser o único a explorar ervais na região, Larangeira consegue obter mais benefícios e monopolizar por mais tempo essa atividade. No ano de 1892, Larangeira se associa aos irmãos Murtinho, poderosa família de políticos locais e maiores acionistas do Banco Rio e Mato Grosso, formando a Companhia Mate Larangeira. Configura-se, pela primeira vez em Mato Grosso a interferência do capital financeiro na produção (ALVES, 1985, p. 31). Através do favorecimento político, a Companhia chegou a arrendar cerca de 5 milhões de hectares, tendo sido reduzida em 1916, para menos de 2 milhões. Com sede em Buenos Aires, tornou-se uma potência na região do Prata. Essa empresa teve uma importante atuação na economia mato-grossense, pois explorou os ervais por mais de cinco décadas, chegando, até mesmo, a conceder empréstimos ao Estado. Como resultado, passou a exercer um controle político e econômico muito grande na região. Além de controlar toda a região que circundava seus domínios, esteve ela ligada à política local e nacional, exercendo grande influência e indicando aliados para se beneficiar das decisões parlamentares. Em 1929, ocorre uma separação entre a empresa argentina e a situada no Brasil, no entanto, a maioria das ações eram ainda de posse da empresa argentina. Após a década de 1930, devido à política nacionalista de Vargas, procuram seus sócios nacionalizar a empresa. A década de 1930 apresentou-se desfavorável para a Matte e para o trabalho ervateiro ocasionado por crise econômica e política que a afetou profundamente, tendo como resultado a diminuição de suas atividades já na década de 1940. A Argentina, grande importadora da produção mato-grossense de erva-mate, ameaçava as exportações com o crescimento de suas plantações e o aumento em sua produção. Também nessa época, o governo nacionalista de Getúlio Vargas passou a rever as concessões de terras em Mato Grosso, atingindo a Companhia que monopolizava grandes extensões (Centeno, 2000).

lho. Por dominarem o processo técnico de produção da erva-mate, herdada da “tradição” guarani, acabaram se tornando insubstituíveis nessa atividade, como iremos demonstrar mais adiante.

O aproveitamento da mão-de-obra guarani é antigo na exploração da erva-mate, encontrando-se registros nas Missões Jesuíticas. Lá, deduzimos que o trabalho ainda era mais artesanal e que o trabalhador possuía pleno domínio de sua atividade. Assim como outras atividades do sistema capitalista de produção, o trabalho nos ervais passou por modificações que acabaram se refletindo no domínio que esse trabalhador tinha do processo de trabalho. A primeira dessas modificações foi a fragmentação desse conhecimento com a implementação da divisão do trabalho, baseada no modelo das manufaturas. Nesse sistema, perde-se a noção do processo como um todo, especializando determinadas tarefas que ainda dependiam de um saber parcial. Mesmo considerando que o *saber*, depois da introdução da divisão do trabalho, não fosse mais total, a relação de aprendizagem entre o grupo ainda se mantinha.

Por esse motivo, os paraguaios foram imprescindíveis no trabalho ervateiro. A seguir tentaremos demonstrar a razão da adoção dessa mão-de-obra e de que forma a aprendizagem ainda se manteve.

A educação no trabalho ervateiro

Ei-lo, madrugada ainda, pela tapé-hacienda orvalhada, em marcha contra as arboleras. Vai satisfeito, pois, sabe que o raído desse dia lhe garantirá, na certa, uma semana de vida regalada. É o mineiro. O homem que, pela sua perícia e senso produtivo, poderá decidir, em prazo relativamente curto, da sorte de uma ranchada. Se há indício de fracasso no contrato, a sua produção acelerada salvará a situação. É este o elemento ervateiro, precioso por sua função especialíssima, que mais se adapta ao meio (SEREJO, 1946, p.19).

Os trabalhadores dos ervais se diferenciavam pelo tipo de atividade exercida e pelo tipo de remuneração recebida. Seguiu uma série de etapas e possuía seus respectivos trabalhadores especializados em cada uma delas. Havia os que trabalhavam diretamente na elaboração da erva-mate e recebiam por produção e os que estavam ligados ao controle da produção e à administração. Nesse estudo, vamos tratar dos trabalhadores ligados à elaboração da erva-mate.

O trabalho se iniciava a partir da localização dos ervais nativos. Essa atividade era denominada de *monteada* e o *monteador* era o trabalhador responsável pela procura das erveiras. O monteado não estava ligado diretamente à elaboração da erva-mate, contudo exercia um papel fundamental que merece ser destacado. Para que pudesse encontrar as *minas* de ervais, deveria possuir este trabalhador um conhecimento das matas e da região, como aponta Serejo nessa passagem: “adquire tanta experiência nessa importantíssima missão, que encarando a natureza da vegetação, pode atestar, com absoluta segurança, se existe ou não erva naquele eito”(1986, p.55). Refere-se esse autor, também, à habilidade desse profissional num conto em que o filho teria aprendido com o pai a profissão de monteado:

No entardecer de um certo dia, surge na Ranchada “Sagüi”, a pé, bastante martirizado pela longa caminhada (...) Disse que vinha de Vila Encarnación, onde chegara informação da riqueza da ranchada e da facilidade de ganhar plata. Era monteado de ofício desde jувencito, como su padre, e gustaria de hacer, en el trabajado, la misma ocupación profesional (grifos do autor) (SEREJO, s.d, p. 41).

Era o monteado, ainda, o responsável pela demarcação e distribuição do terreno dando origem às *tenditas*, a serem exploradas por cada trabalhador.

Achadas as erveiras, instalava-se o rancho, onde montava-se toda a infraestrutura capaz de atender à produ-

ção e às necessidades dos trabalhadores.³

O próximo passo era de responsabilidade do mineiro⁴, que de *machete* (facção) em punho seguia para os ervais para começar o dia de trabalho. Realizava três atividades no campo, começando pela poda da erveira, pelo sapeco⁵ das folhas, terminando pelo carregamento do feixe de erva até o local destinado à secagem das folhas. Iniciava seu trabalho de madrugada só terminando na pesagem de sua produção, normalmente no começo da tarde. Às vezes, sua jornada se estendia até o final da tarde, pois retornava ao campo para fazer novo carregamento, o *juruaçuá*.

Sobre esse processo, consta que, apesar de simples, requeria do mineiro uma certa prática. Ao realizar o corte das folhas, por exemplo, o mineiro já sabia de antemão a quantidade de erva a ser cortada, como proceder à poda, além do que deveria saber se equilibrar nas erveiras, pois qualquer queda poderia ser fatal:

A devastação foi muito comum nos ervais (...) pressionados pela necessidade de obter maior produção, os trabalhadores derrubavam as árvores apressando, assim, a colheita.

O mineiro além de guapo[forte], deve ser também exímio equilibrista. Fica, não raramente, a 6 metros de altura, sustentado por galhos bastante fracos, procedendo ao tini⁶ Para o corte ser perfeito, reteza os músculos, e desfere o golpe. Se errar no cálculo, provocará o desequilíbrio total, e uma queda poder-lhe-á ser fatal (SEREJO, 1946, p. 21).



Figura 1 - Procedendo à poda.

FONTE: SILVA, 1939.

Nem sempre eram podadas as erveiras. A devastação foi muito comum nos ervais e duramente combatida pelas autoridades, que impunham normas e leis proibindo a derrubada dessas árvores. Contudo, pressionados pela necessidade de obter maior produção, os trabalhadores derrubavam as árvores apressando, assim, a colheita (DONATO, 1976, p.18).

³ O rancho era uma espécie de acampamento improvisado, montado no próprio campo, local onde se realizava o fabrico do mate cancheado. A estrutura de um rancho compunha-se basicamente de equipamentos necessários para o preparo da erva, moradia para os trabalhadores (casinhas de sapé), depósitos, bem como de uma “comissaria”, ou seja, espécie de administração onde se abrigavam os mantimentos (armazém) e a contabilidade do rancho. Quando o erval era de grande porte, os trabalhadores se deslocavam somente com seus ranchitos (moradias) para ficarem mais próximos dos pontos de exploração (ARRUDA, 1986, p.94). Os ranchos eram controlados através da administração central que indicava um funcionário responsável pela produção. Eram chamados de ranchos “por administración”. Havia também os ranchos “por empreitada” controlados pelos “habilitados” que recebiam um adiantamento em dinheiro e infra-estrutura básica para o início da produção. Estes recebiam por produção. Em ambos, a fiscalização era rigorosa para coibir qualquer tipo de extravio de erva. A partir da década de 1930, a Companhia passa a substituir os ranchos “por administración” pelos ranchos “por empreitada” (ARRUDA, 1986, p.96). Arruda (1986, p.97) acredita que esse tipo de medida foi tomado visando ao aumento da produção, já que os habilitados recebiam por quantidade de erva elaborada.

⁴ Trabalhador assim chamado por ser o responsável pelo contato direto com os ervais que se localizavam em manchas e recebiam o nome de “minas”.

⁵ Chamuscamento

⁶ Primeiro corte de folhas do dia (SEREJO, 1946 : 21).

A seguir, o mineiro carregava as braçadas de folhas, denominadas de *arrastas*, que deveriam ser conduzidas, ainda no campo, até o local onde era realizado o sapeco, também conhecido por *overêo*. Esse processo consistia em chamuscar as folhas segurando-as pelo *punho* do galho, a fim de retirar a umidade, evitando que as mesmas perdessem sua cor natural e se deteriorassem (SEREJO, 1986, p. 56). Era feito em fogueiras (*trincheiras* para os paraguaios), protegidas por paus roliços colocados em forma de parede. O sucesso dessa operação também dependia da habilidade e do conhecimento de seu executor. Este deveria escolher bem o tipo de lenha a ser utilizado, que não desprendesse muita fumaça e executar o sapeco com certa rapidez a fim de não queimar as folhas. Se o mineiro fosse novato, diz Serejo, as folhas eram por demais sapecadas e adquiriam um tom escuro-azulado, resultando em sua perda. (1946, p.24). A tarefa do sapeco, segundo Donato (1959, p.24), era insalubre, pois o mineiro respirava muita fumaça ao queimar as folhas da erva. Quando realizava essa atividade, costumava o mineiro gritar bem alto (*mburear*) produzindo eco pelas matas. Era crença, segundo Serejo, que sem o *mbureio* a erva sairia de qualidade inferior. Na verdade, sozinhos nas matas, distanciados uns dos outros e correndo todos os riscos de um penoso trabalho, os trabalhadores utilizavam-se do *mbureio* para se comunicarem: “um grito, chama a atenção; dá sinal de vida; dois gritos, indicam que o peão está satisfeito; tudo está correndo bem, e três gritos, as coisas vão mal, existem dificuldades” (SEREJO, 1986, p.161). A poda e o sapeco duravam

Normalmente, os mineiros carregavam mais de 200 quilos às costas. Recebendo por produção, chegavam, muitas vezes, a transportar 300 quilos de erva.

cerca de 6 horas de trabalho (SEREJO, 1946, p.25).

Logo após o sapeco, as folhas da erva eram arrancadas da haste ainda quentes (*depinico*) e reunidas num fardo de nome raído, levado às costas pelo mineiro, diretamente até o barbaquá⁷, local onde eram definitivamente tostadas. Caso a distância ultrapassasse 3.000 passos (2 quilômetros), este era conduzido até as *arrias*⁸ ou carroças, para depois chegar até o barbaquá (SEREJO, 1946, p.21). O raído constava de um trançado de couro, utilizado para carregar a erva às costas. Era sustentado pela cabeça, onde se passava uma alça forte, a qual evitava que a espinha dorsal se partisse. Normalmente, os mineiros carregavam mais de 200 quilos às costas. Recebendo por produção, chegavam, muitas vezes, segundo Serejo (1946, p.26), a transportar 300 quilos de erva. Esse sistema de carregar o raído às costas já era comum desde o século XVII, quando os índios de Guairá carregavam erva “às costas à léguas de distância” (LINHARES, 1969, p.12).



Figura 2 - Transportando o raído

FONTE: SILVA, 1939.

⁷ Espécie de forno utilizado para torrefação da erva.

⁸ Tropas de mulas



Figura 3 - Transportando o raído

FONTE: Arquivo Público Estadual/MS.

Observe-se como Serejo descreve a técnica utilizada por esse trabalhador

Traz às costas, qual Hércules, com suas passadas de orangotango, a colheita do dia. Vem tateando, apoiando-se aqui e ali, pois uma pisada em falso poderá ocasionar a pronta ruptura de algum órgão. Quando é longo o percurso a vencer, faz uma parada, apoiando a carga no burrinho [tronco]: vai tunguear [descansar] um pouco. Logo depois, ajeita-a cuidadosamente e põe-se de novo em marcha (SEREJO, 1946, p. 25-26).

Como se vê, para transportar o raído através desse sistema, além da força, era preciso equilíbrio e prática, pois um passo em falso faria partir a coluna do mineiro. Caso isso ocorresse, este era sacrificado no próprio local, pois não havia recursos nos ranchos ervateiros

Para transportar o raído através desse sistema, além da força, era preciso equilíbrio e prática, pois um passo em falso faria partir a coluna do mineiro.

como médicos ou remédios (a não ser os caseiros) que possibilitassem atender esse tipo de ocorrência. Além do mais, quem iria manter um mineiro inválido? Vale a pena citar trecho de uma história contada por Gomes, que se refere ao problema que a falta de habilidade do mineiro nessa atividade poderia acarretar:

Jovem agitado e ambicioso, almejava enriquecer rapidamente. Nos primeiros dias de ranchada, já arcava com 150 quilos de erva às costas. A chuva fazia a terra escorregar, e a lama cobria o tape hacienda [caminho principal do erval]. Os mineiros mais antigos bem que recomendaram: vamos com calma, é pe-

rigoso. O raído é para ser transportado e não para quebrar a espinha. Dito e feito. O pé falseou. A queda foi num segundo. É a espinha dorsal partida... (GOMES, 1986, p. 403).

Percebe-se, por esta citação, ser indispensável o aprendizado para esse trabalho e o quanto era importante contar-se com a experiência dos mineiros mais “antigos”. Estes sabiam que, além da prática e equilíbrio, era preciso paciência para aprender todas as armadilhas traiçoeiras, como a condição da estrada e a chuva. Mas é óbvio que, por se tratar de uma atividade muito perigosa, dado o peso e a distância percorrida, nem sempre estes podiam contar com a experiência; devia-se contar, também, com a própria sorte.

Por esse motivo, era imprescindível que o trabalhador passasse por um período de experiência. Daí a necessidade de se começar cedo. Assim, nos ervais, o saber do trabalhador paraguaio era transmitido para os mais jovens que, não raro, se iniciavam nessa profissão em torno de 12 anos de idade.

Poucos dados se têm a respeito de menores trabalhando nos ervais. No entanto, através de relatos das obras de Serejo, que nos conduzem ao dia-a-dia nos

ervais, vamos percebendo que era comum o emprego de meninos no trabalho, em suas várias atividades:

um guaino [meninos aprendizes chamados também de huayno] de treze anos ou quatorze anos muito comum nos ervais, pode conduzir na cabeça um raído de mais de cem quilos. A carga do mineiro adulto, aquele que sabe pisar o chão com técnica e maestria (grifo nosso), pode ultrapassar 300 quilos (SEREJO, s.d., p.85).

Serejo revela, ainda, em um conto, “Mitãrussu”⁹, ser comum a morte dos “pequenos-grandes”, vitimados pelas doenças do sertão e pela própria insalubridade do trabalho:

Quantos deles tomaram na azáfama de elaboração do mate? Centenas e centenas. Idade? entre 12 e 15 anos. Nessa faixa era mesmo um *mitârussu* (...) a “causa mórtis” desses pequeninos heróis que mal sabiam assinar o nome: maleita, apendicite supurada, coice de animais, queda de erveiras quando ajudavam no tiru, arrebatamento dos rins, esmagamento no tombo da carreta, picada de mboi-chini [cascavel], (...) até de facadas, [e] tiros nos bochinchos fronteirços. (SEREJO, s.d., p.54).

Nos ervais, os meninos eram os alunos da própria necessidade:

Um aluno ervateiro que, normalmente, dá prova, logo de início, de apurado senso de responsabilidade, (...)ouve com atenção as explicações do mestre e segue as suas recomendações com obediência filial (SEREJO, s.d., p. 21).

Empregados na elaboração do mate, essas crianças eram filhos de trabalhadores ervateiros e, em sua maioria, criados nas próprias ranchadas. Havia também casos de meninos órfãos ou abandonados à própria sorte que se encaminhavam aos ervais acompanhando as levadas de trabalhadores arregimentados no Paraguai. Serejo relata o caso de um desses garotos órfãos que, com a idade de 12 anos, teria se encaminhado para a região da fronteira para se tornar um “mineiro de calidad” (SEREJO, 1989, p.109). Antes de se dirigir ao trabalho ervateiro, o pequeno guaino tinha executado inúmeras atividades:

(...)fue lustrabotas, leñador, bañaba a los caballos en la “laguna”, vendedor de dulces, prestrado para cualquier trabajo, cultivador de mandioca, cortador de alfafa, limpiador de patio, sereno[vigia] de depósito, ayudante de carpintero y auxiliar de fabricante de charque para ranchos yerbateros (SEREJO, 1989, p.109-110).

O fator idade para se iniciar na profissão de ervateiro não era muito relevante, o que importava mesmo era “a saúde e o vigor físico” (SEREJO, 1999). Aqueles que ainda não se enquadravam nessa condição prestavam pequenos serviços como “juntar palha de milho, casca de árvore seca, gravetos e outros a

Nos ervais, os meninos eram os alunos da própria necessidade.

fim de acender o fogo da ranchada” (SEREJO, 1999).

O depoimento do Sr. Ramão Oliveira, filho de um ex-ervateiro, confirma, também, o emprego de menores nos ervais, afirmando que era grande o número de crianças nos ranchos ervateiros :

Criança era o que mais tinha. Lá pela idade de 12 anos já começava a trabalhar. Eu tenho conhecimento que tinha um menino que com 12 anos tirava [carregava] de 80 até 120 quilos de erva. Os pais levavam para trabalhar desde pequenos porque não tinha outra coisa. Não estudavam, tinham que viver com aquilo. A educação dele era aprender o que o pai fazia e as meninas aprenderem o que a mãe fazia (OLIVEIRA, 2000).

Os pequenos, assim como os adultos, também sofriam os reverses do trabalho ervateiro. Eram castigados ou até mesmo mortos caso ferissem a “lei” dos ervais. Como já se observou também, a vida desses meninos era constantemente ameaçada pela insalubridade do trabalho e pela violência do meio em que viviam, já que era comum envolverem-



Figura 4 - Mineiros com o pequeno guaino à frente.

FONTE: Arquivo Público Estadual/MS

se em brigas e conflitos armados na fronteira. Um exemplo do envolvimento de meninos nos conflitos armados é a “patrulha bolante”¹⁰ que, segundo Hélio Serejo (1989 : 81), contava com a participação de menores em sua organização.

O trabalho ervateiro era eminentemente “masculino”, não havendo referências do emprego de pessoas do sexo feminino no processo de produção. As mulheres nos ervais se encarregavam dos afazeres domésticos e se responsabilizavam pela educação e manutenção das crianças pequenas. Há registros também de que as mulheres auxiliavam os trabalhadores nas atividades mais leves, como conduzir carregamento de ervas no lombo de burros, ensacar o mate, costurar a sacaria ou, ainda, auxiliar o uru na torrefação da erva (SEREJO, s/d , p.73-74).¹¹

O mineiro possuía uma vestimenta especial para seu trabalho. Nos pés calçava um sapato grosseiro de borracha chamado de plantilha, que era utilizado para dar maior firmeza, evitando que o mineiro escorregasse no transporte do raído ou, ainda, na subida às árvores.

Um pano grosso de saco de aniagem ou pedaço de couro era também utilizado pelos trabalhadores que o prendiam



Figura 5 - Plantilhas e polainas

FONTE: Arquivo Público Estadual/MS.

à cintura envolvendo os órgãos genitais a fim de se protegerem dos espinhos, pontas de pau, marimbondos, etc. (SEREJO, s/d, p.27). Utilizavam também uma espécie de meia (polaina ou piyá-tetyma), feita de pano ou couro, enrolada nas pernas, desde o tornozelo até a altura do joelho como “proteção especial contra golpes de ramos, tocos, espinhos e picadas de cobras” (SEREJO, 1986, p.159). Fazia uso, ainda, de um gorro de pano, denominado nos ranchos de barrete, para evitar picadas de abelhas lambe-lambes. Essa vestimenta era utilizada também pelos guainos (SEREJO, 1999). Contudo, parece que nos tempos mais remotos da exploração, os trabalhadores não dispunham de qualquer proteção para o trabalho; a “maioria era pé no chão mesmo” (OLIVEIRA, 2000).

Após o penoso transporte efetuado pelo mineiro, era a erva pesada pelo capataz, que anotava na caderneta do trabalhador a sua produção. Normal-

O trabalho ervateiro era eminentemente “masculino”, não havendo referências do emprego de pessoas do sexo feminino no processo de produção.

¹⁰ Deduzimos que a “patrulha bolante” era uma espécie de escolta particular da fronteira, possivelmente formada pelos coronéis, visando à repressão dos atos de insubordinação ou à “caça” de fugitivos rebeldes daquela região.

¹¹ As mulheres também teriam outras funções dentro dos ranchos. Eram negociadas entre os peões em troca das dívidas contraídas, lei comum nos ervais, servindo, também, como mecanismo para o aumento do consumo do trabalhador. Precisavam respeitar os duros códigos nos ranchos pois eram punidas quando rebeldes. As relações que os homens estabeleciam com as mulheres reproduziam, de maneira semelhante, as que eram estabelecidas nas relações de trabalho : “(...) a relação do homem com a mulher é a relação mais natural do homem com o homem” (grifos do autor) (MARX, 1978, p. 173).

mente, a produção mínima diária exigida era de 10 arrobas paraguaias¹². A maneira como era realizada a pesagem, denominada de arroba-carém, mostra que esta se constituía em desvantagem para o mineiro que acabava perdendo parte de seu ganho. Segundo Serejo (s/d, p.28), havia um combinado entre o capataz e o mineiro sobre o peso da erva. Caso o raído atingisse a marca de 10,8 arrobas, haveria o arredondamento desse peso para 11 arrobas. Todavia, se o peso não atingisse essa marca, ou seja, se chegasse o raído a pesar 10,79 arrobas o capataz registraria apenas 10.

Chegando a erva ao barbaquá, lá ficava sendo tostada aproximadamente de 12 a 24 horas. O barbaquá era uma espécie de forno de forma côncava, distante do chão, construído exclusivamente de madeira, com longas varas arqueadas e que recebia o calor do fogo através de um canal subterrâneo. Era construído pelos próprios trabalhadores do rancho que já conheciam bem a madeira apropriada evitando o risco de se alterar o sabor da erva (OLIVEIRA, 2000). Nos ranchos maiores os barbaquás eram cobertos por um telhado de palha ou de zinco para evitar o vento e a umidade. Em outras regiões do sul do país adotou-se o *carijo*, que parecia ser um pouco menos eficiente que o barbaquá (LINHARES, 1969, p.307).

De todas as atividades do processo de elaboração da erva-mate, era na da torrefação, realizada no barbaquá, que o trabalhador paraguaio se sobressaía. O executor dessa tarefa era conhecido nos ervaais por *uru*. Uru era um pássaro de hábitos noturnos que tinha um canto

muito forte e que, em épocas de estiaagem, costumava rondar as ranchadas ervateiras (SEREJO, s/d, p.51). Por ser o trabalho no barbaquá realizado à noite, o trabalhador que executava essa tarefa foi logo identificado com o pássaro uru. Além disso, tanto o uru pássaro como o uru trabalhador “cantavam” sempre:

De todas as atividades do processo de elaboração da erva-mate, era na da torrefação, realizada no barbaquá, que o trabalhador paraguaio se sobressaía.

Uru- pássaro-e, uru-homem, são amigos e se entendem. Um geme – cantando- é o uru, do barbacuá, o outro geme soluçando; é o uru – pássaro. O canto de um e o gemido do outro, ameniza o passar da noite interminável, que o clarão do fogo incendeia (SEREJO, s/d, p.51).

O uru tinha uma importante missão a cumprir. Seu trabalho consistia em revirar a erva durante a secagem, utilizando-se de uma vara conhecida pelo nome “pornográfico” de *torotembó* (SEREJO, 1946, p.31). Era ele quem calculava a temperatura, determinando ou não mais lenha, mais fogo e o ponto em que a erva poderia ser retirada do barbaquá. Dele dependia, também, a escolha da lenha, que não podia desprender muita fumaça. O processo durava de 12 a 24 horas. Afirma Serejo (1946, p.27) que o uru reconhecia, de longe, num raído, qualquer folha que viesse misturada ao mate¹³. Chamavam-no de o “rei” da ranchada. Por ser essa atividade também dotada de técnica, era natural que tivesse um aprendiz, chamado de *huayno* (menino). Percebemos, através de um trecho do romance de Hernani Donato, *Selva Trágica*, que o mestre do barbaquá mantinha uma relação quase paternal com seu aprendiz,

¹² A arroba paraguaia tem dez quilos, já a brasileira quinze (SEREJO, s/d , p. 28)

¹³ Não era muito raro haver sabotagem por parte dos mineiros que costumavam misturar outros tipos de erva ao mate.

transmitindo-lhe, também, os ensinamentos da vida:

Aquele menino era a sua vaidade: ensinava-lhe o que sabia. A princípio só lhe contara das coisas da erva, do fogo, de como se deve remexer, precaver-se contra o tempo, a noite e a luz. Quais as lenhas que devia preferir e quais as que valia a pena evitar. Depois lhe contaria a respeito dos homens e das mulheres, do trabalho e do amor (DONATO, 1976, p.34-35).

A etapa da torrefação da erva-mate era considerada, dentro do rancho, a de maior importância (SEREJO, 1946, p.27). Dela dependia a qualidade final da erva, o seu gosto. Do “saber-fazer” do uru dependia o êxito da comercialização. Serejo afirma que quando não se trabalha bem a erva no barbaquá ela “fica ardida e recebe, então, o nome de picada” (SEREJO, s/d, p.52).

A atividade de torrefação, além de ser a de maior especialidade no erval, era também a de maior insalubridade, devido às altas temperaturas e à quantidade de fumaça aspirada pelo trabalhador.

Essa atividade, além de ser a de maior especialidade no erval, era também a de maior insalubridade, devido às altas temperaturas e à quantidade de fumaça aspirada pelo trabalhador:

Um uru jamais chega à idade madura. Vive oito ou dez anos que são oito ou dez safras, ao redor do barbaquá, virando e revirando a erva, recebendo no peito o calor do fogo e nas costas a friagem da noite. Oito ou dez anos o uru vive e é rei. Depois morre-morrendo (DONATO, 1976, p. 34).



Figura 6 - Secagem da erva no barbaquá.

FONTE: Arquivo Público Estadual/MS.

Saindo do barbaquá, a erva deveria ser cancheada, ou seja, triturada num processo manual que consistia em bater nas folhas violentamente, com grandes facões ou espadas de madeira (aporreador), reduzindo-as a um quinto do seu tamanho para depois ser socada no pilão e ensacada. Essa tarefa era realizada pelos cancheadores e, ao que parece, seu trabalho durava demais horas, chegando até a um dia inteiro.

O ensacamento era outra operação, distinta do cancheamento, também chamada pelos paraguaios de ataqueio, e o seu profissional, o atacador. Esse processo exigia cálculo e muita paciência, porque uma carga excessiva poderia arrebentar a sacaria. O trabalho de

ensacamento, se comparado com os demais, era mais leve e poderia ser feito dentro de casa, em ritmo determinado pelo próprio atacador. Mas era desprezado pelo

paraguaio: “trabajo en la casa, solamente para mujer” (SEREJO, 1986, p.64). O peão paraguaio, conforme os autores mais antigos afirmam, era exibicionista, e preferia os trabalhos que exigiam mais força, mais valentia. Esse fato, segundo Arruda (1989, p.131), era incentivado pela Companhia, como mecanismo para aumentar a produção.

Após o ensacamento, os carreteiros se incumbiam de distribuir a erva até



Figura 7 - Ensacando o mate.

FONTE: SILVA, 1939.

os portos para ser embarcada até os moinhos de beneficiamento. No caso da Companhia, esse processo era feito na Argentina.

O transporte da erva, nessa época, era realizado pelas antigas carretas paraguaias, conhecidas regionalmente como carretas-coras. As coras, como meios de transporte na fronteira, foram largamente utilizadas para esse fim. Eram enfeitadas pelos carreteiros que, orgulhosamente, bem à moda da fronteira, procuravam destacá-las com inúmeros adereços coloridos:

As coras tornaram-se célebres pelos enfeites de picanas ou ferrões, com penas de pássaros das mais variadas cores, caprichosamente distribuídas e de fixação segura. Ventasse forte ou chovesse, o colorido berrante, ali permanecia, representando o gosto, a paixão pelo ofício e o grande orgulho do carreteiro (SEREJO, 1986, p.68).

Por fim, as carretas que partiam da região de Ponta Porã rumavam em direção aos rios da bacia do Paraná, seguindo, posteriormente, para a Argentina.



Figura 8 - Carreta-cora.

FONTE: Arquivo Público Estadual/MS.

A organização manufatureira nos ervais de Mato Grosso

Através da descrição do processo de trabalho nos ervais, observamos ser patente a necessidade da mão-de-obra paraguaia. Deste modo, podemos concluir

O trabalho nos ervais seguia certa organização que denominamos de organização manufatureira do trabalho, isto é, era organizado nos moldes da manufatura.

que tanto o mineiro quanto o uru e os demais trabalhadores possuíam uma habilidade técnica, cada um em sua especialidade. Notamos, porém, que algumas atividades eram mais especializadas que outras, como, por exemplo, a do uru, dando origem, dessa forma, a uma hierarquia. Determinadas funções exigiam uma experiência de longos anos, tornando-se “vocação” para os trabalhadores paraguaios e sempre transmitidas aos mais novatos.

Como se pôde verificar, todos os processos e etapas descritos, a respeito da produção da erva-mate, não dispensavam domínio técnico, isto é, era preciso que o trabalhador dominasse seu trabalho. Todavia, este era parcelado em várias tarefas com seus respectivos trabalhadores em cada uma delas. Apesar de o trabalhador possuir, ainda, a capacidade de dominar parcialmente seu trabalho, ele não possuía mais o controle sobre o processo como um todo. O trabalho nos ervais seguia certa organização que denominamos de organização manufatureira do trabalho, isto é, era organizado nos moldes da manufatura.

É de se crer que os índios Guarani, em épocas anteriores à colonização da América, dominassem todo o processo de elaboração da erva-mate. Eram, sob esse aspecto, trabalhadores qualificados.

Como foi afirmado anteriormente, a exploração da erva-mate na América vem de longa data, tendo-se já algumas referências de sua utilização no período anterior à colonização da América¹⁴. Porém, sua exploração e utilização comercial têm início no século XVI, com a

¹⁴ Segundo Linhares (1969 : 3-4) a “América nasceu bebendo mate. Antes que o espanhol nela pusesse os pés, o seu uso já era praticado pelos indígenas(...)”. De acordo ainda com esse autor, foi achado dentro dos túmulos de Ancon (Peru), local onde os incas enterravam seus mortos, diversas folhas de mate.

organização das *encomiendas* e, mais tarde, no século seguinte, com a introdução das missões jesuíticas que se iniciaram na exploração dessa atividade no Paraguai.¹⁵ Os *encomienderos*, aproveitando-se dessa tradição, exploravam os índios num rigoroso sistema de escravidão que levou inúmeros deles ao total esgotamento (LINHARES, 1969, p.17). O consumo de mate, nesse sentido, foi de primordial importância entre os indígenas, graças às suas propriedades estimulantes que recuperavam os mais debilitados. Dessa forma, o mate, antes condenado por alguns administradores espanhóis e pela Igreja, foi mais tarde considerado, por estes, de extrema necessidade para o trabalho ervateiro à medida que poderia, também, fazer a substituição do álcool, já comum entre os índios¹⁶ (LINHARES, 1969, p.27).

Foram os índios, assim, os responsáveis por introduzir o processo mais rudimentar de elaboração do mate, utilizando-se dos instrumentos e técnicas de preparo, como, por exemplo, a seca-

em cestos às costas por muitas léguas(...)"(LINHARES, 1969, p.17).

Deduzimos que o regime capitalista de exploração da erva-mate, nas *encomiendas* e nas missões jesuíticas, tenderia a eliminar o conhecimento global do processo e se estruturar para organizar esse trabalho de uma forma mais racional, implantando a divisão de trabalho no interior da produção. Esse sistema especializa o trabalho, intensifica-o e barateia-o, possibilitando o aumento da produtividade atendendo, assim, à necessidade vital do sistema capitalista de produção: o lucro. A divisão de trabalho, podemos dizer, é uma das marcas do sistema capitalista de produção que tende, em seu processo de desenvolvimento, a especializar cada vez mais os trabalhadores e os instrumentos de trabalho.

Para que se compreenda melhor o processo de introdução da divisão do trabalho nos ervais, quais suas vantagens e o que ele significava na economia do mate, faz-se necessário esclarecer como se deu, historicamente, a substituição do trabalho

artesanal, qualificado, pelo trabalho especializado, no interior do sistema capitalista de produção. A seguir, tentaremos expor esse processo.

O regime capitalista de exploração da erva-mate, nas "encomiendas" e nas missões jesuíticas, tenderia a eliminar o conhecimento global do processo e se estruturar para organizar esse trabalho de forma mais racional...

gem da folha. Segundo Linhares, essa técnica teria sido descrita, no século XVII, por um padre que observava o modo pelo qual faziam os indígenas o fabrico do mate, “no quebrar os ramos, tostar as folhas a fogo e moê-las ‘en morteros’ para torná-las pó e levá-las

No período de transição da sociedade feudal para a sociedade capitalista, o trabalho foi se organizando pouco a pouco, ainda com base nas antigas corporações de ofício. As corporações de ofício congregavam trabalhadores que se destacavam por seu saber, isto é, o tra-

¹⁵ De acordo com Linhares (169, p. 26), os jesuítas inicialmente condenaram a utilização da erva pelos índios guaranis, mas após verificarem que se tratava de uma boa fonte de lucro, passaram inclusive a plantar erva-mate. Ainda, segundo o autor, era o mate que sedimentava as bases econômicas da Instituição. A respeito das *encomiendas*, sistema implantado para exploração das terras e recursos no Paraguai, ver Linhares (1969, p. 16-20).

¹⁶ “O que é certo é que o uso da erva, mais que outro meio humano algum, tem desterrado a embriaguez de nossas reduções antigas e por este meio tão proporcionado devem se conservar livres de tão abominável vício, de sorte que não lhes falte jamais a erva e a tenham em abundância”. (TESCHAUER 1926 apud LINHARES., 1969, p.27)

balhador possuía pleno controle do processo de trabalho, em sua concepção e execução. Eram, sob esse aspecto, trabalhadores qualificados.

Sob o regime capitalista, uma nova forma de organização do trabalho se originou, então, das corporações de ofício que se transformaram nas manufaturas de transição, ou seja, nas manufaturas iniciais, estruturadas ainda de forma cooperativa.

O trabalho nas manufaturas iniciais não era ainda objetivado, não se fundamentava na divisão do trabalho. Constituíam-se de um agrupamento de trabalhadores numa mesma oficina que, contratados por um capitalista, vendiam sua força de trabalho por não possuírem os meios de produção. Porém, possuíam ainda o domínio sobre o processo de trabalho como um todo. O simples agrupamento de trabalhadores resultava em vantagem para o capitalista, pelas seguintes razões: 1º) aumento do trabalho médio, ou seja, a compensação obtida entre o trabalho menos produtivo e o mais produtivo; 2º) o trabalho coletivo era mais estimulante do que o individual, portanto haveria uma maior produtividade; 3º) diminuição de custos com o capital constante, ou seja, aquele empregado nos meios de produção (MARX, 1982, p.370-379).

Consequentemente, o aumento da produção e a diminuição de custos acarretariam um barateamento da mercadoria, aumentando a possibilidade de se obter lucro com o produto. Para Marx, a manufatura inicial se constitui no ponto de partida da produção capitalista (MARX, 1982, p.370).

Mas, a necessidade cada vez maior de produzir mais mercadorias, em menos tempo, gerou a manufatura em sua forma mais desenvolvida, que estabeleceria como fundamento a divisão do trabalho. Por sua vez, a especialização de determinadas tarefas fragmentava o conhecimento global que se tinha ante-

Sob o regime capitalista, uma nova forma de organização do trabalho se originou, então, das corporações de ofício que se transformaram nas manufaturas de transição...

riormente, fazendo com que o trabalhador perdesse o domínio total do processo da produção. Assim, nesse tipo de organização, cada trabalhador é responsável por uma etapa do processo de trabalho e se especializa somente nela. Todavia, apesar de ter perdido o controle do processo como um todo, o trabalhador ainda mantém o domínio sobre a sua especialidade, o seu conhecimento continua sendo imprescindível para a produção.¹⁷

A divisão do trabalho era vantajosa para o capitalista, já que o trabalhador especializando-se numa determinada operação, fazia-o com maior rapidez e dedicação, evitando-se perda de tempo e interrupção do trabalho, ao contrário do artesão, que desenvolvia seu trabalho mais lentamente. É o que Marx denomina de “órgão automático especializado da operação”:

Descendo ao pormenor, vê-se, de início, que um trabalhador que, sua vida inteira, executa uma única operação transforma todo o seu corpo em órgão automático especializado dessa operação. Por isso, levará menos tempo em realizá-la que o artesão que executa toda uma série de diferentes operações. O trabalhador coletivo que constitui o mecanismo vivo da

¹⁷ Segundo Marx, (...) a análise do processo de produção em suas diferentes fases coincide inteiramente com a decomposição da atividade do artesão nas diversas operações que as compõem. Complexa ou simples, a operação continua manual, artesanal, dependendo portanto da força, da habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual, ao manejar o seu instrumento. O ofício continua sendo a base”(1994 , p.389).

manufatura consiste apenas desses trabalhadores parciais, limitados. Por isso produz-se em menos tempo ou eleva-se a força produtiva do trabalho em comparação com os ofícios independentes (MARX, 1994, p.389).

Embora a manufatura ainda dependesse da destreza do trabalhador, do domínio sobre a sua especialidade, o trabalho nesse sistema se tornara mais

Embora a manufatura ainda dependesse da destreza do trabalhador, do domínio sobre a sua especialidade, o trabalho nesse sistema se tornara mais simples que o trabalho realizado pelo artesão.

simples que o trabalho realizado pelo artesão. Obtinha-se, dessa forma, um passo para a plena objetivação do trabalho que aconteceria mais tarde com a introdução da maquinaria.

Essa tendência em especializar cada vez mais o trabalho aumentando a produtividade está relacionada, como já dissemos, com lucro que o capitalista almeja. Contudo, essa explicação se torna parcial se desconsiderarmos a origem do lucro capitalista.

Sabemos que é o trabalho que gera riqueza. O homem produz, cria bens, transforma a vida humana através do trabalho. Aperfeiçoando seus métodos e meios de trabalho, o homem consegue produzir mais, acumulando de forma crescente a riqueza. No capitalismo, contudo, nem sempre quem produz a riqueza pode usufruir dela. O valor que é criado pelo trabalho humano, ao ser incorporado pelo capital, tende a se transformar em mais valor. Ou seja, o modo de produção capitalista, para se manter, para se reproduzir, precisa extrair do trabalho um valor acima, precisa de lucro, mais-valia.

Marx ao desenvolver a teoria da mais valia, ou seja, de que o trabalho não pago constitui a grande fonte de lucro capitalista, ressalta a diferença que existe entre o valor que é criado pelo trabalho humano e aquela que o excede:

Comparando o processo de produzir valor com o de produzir mais valia, veremos que o segundo só difere do primeiro por se prolongar além de certo ponto. O processo de produzir valor simplesmente dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um equivalente. Ultrapassado esse ponto, o processo de produzir valor torna-se processo de produzir mais valia(valor excedente) (MARX, 1982, p.220).

A mais-valia, então, pode ser entendida como uma extensão do tempo de trabalho para além daquele que o trabalhador precisa para se manter. Explicando mais por-

menorizadamente, diríamos que isso ocorre diante de determinadas condições históricas. O trabalhador, expropriado de seus meios de trabalho, precisa se utilizar da força de trabalho, único meio que ainda lhe resta para sobreviver. Diante disso, a força de trabalho se transforma numa mercadoria que o trabalhador acaba tendo que negociar no mercado, pois não dispõe de outra. Esta, ao mesmo tempo, assim como qualquer produto, encerra dois tipos de valores: o de uso (tem uma utilidade) e o de troca (valor de mercado). O que determina o valor da força de trabalho é a quantidade de trabalho socialmente necessária (x horas) para que o trabalhador possa se manter. Para que a força de trabalho gere mais-valia (um valor a mais) é preciso que o capitalista estenda esse tempo em mais horas de trabalho, além daquele socialmente necessário. Dessa forma, a “mercadoria” força do trabalho acaba se transformando na única mercadoria que acaba valendo menos; para o trabalhador, obviamente. Em outras palavras: quem sustenta o sistema capitalista é o trabalhador, responsável pela produção da mais-valia. Se existe uma exploração do trabalhador, esta ocorre no momento em que a única mercadoria que o trabalhador possui – força de trabalho – se converte em capital e sustenta toda a riqueza do modo de produção.

Poderíamos dizer então que, para aumentar o lucro, restaria ao capitalista apenas estender ainda mais o dia de trabalho. Mas isso é possível dentro de certos limites físicos do trabalhador. A única maneira de se conseguir prolongar o trabalho excedente, ou seja, aquele em que o trabalhador trabalha para o capitalista, é contraindo o tempo de trabalho necessário (MARX, 1982, p.361). Melhor explicando: não se alterando as horas trabalhadas, diminui-se o trabalho necessário, reduzindo o valor da força de trabalho, fazendo com que o trabalhador tenha que trabalhar menos para si (o custo de seu trabalho diminui). Se assim for, o trabalho excedente aumenta e o capitalista obtém um lucro maior.

Contudo, para que o valor da força de trabalho baixe é necessário que o capitalista invista em maquinaria, meio mais eficiente para aumentar a produtividade. Marx denomina esse método, de extrair mais-valia sem estender o dia de trabalho, de mais-valia relativa:

A máquina produz mais valia relativa diretamente, ao depreciar a força de trabalho, indiretamente, ao baratear as mercadorias que entram na reprodução dessa força, e, ainda, em suas primeiras aplicações esporádicas, transformando em trabalho potenciado, de maior eficácia, o trabalho empregado, ficando o valor individual de seu produto inferior ao social (MARX, 1982, p.463)

O investimento em maquinaria e novos métodos de trabalho resulta em maior produtividade, isto é, produz-se mais em menos tempo. O resultado dessa façanha é que a mercadoria tende a ficar mais barata. Ora, o investimento em tecnologia tende a baratear as mercadorias que entram na reprodução da força de trabalho. Isto quer dizer que havendo um barateamento geral nos preços das mercadorias há também uma desvalorização no preço da força de trabalho. É por esse motivo que há, no sistema capitalista, uma tendência a espe-

cializar o trabalho investindo em tecnologia.

Retornando à discussão sobre o trabalho nos ervais, chegamos à conclusão de que sua organização se encaixa na manufatura mais desenvolvida, que já adotava a divisão do trabalho.

A vantagem de se adotar a manufatura nos ervais, contando com recursos simples, como ferramentas, que dependiam ainda do trabalhador, pode causar questionamento em razão de já se poder contar, nesse período, com processos mais avançados utilizados pela indústria moderna.

Ao discutir sobre os motivos da manutenção de técnicas menos avançadas na exploração da erva-mate, Linhares assim a justifica:

Os processos, com efeito, além de se manterem inalterados, não deixavam de ser os mais aconselháveis, os de custo mais barato, consentâneos, portanto, com a pobreza econômica do mate [...], conquanto já de há muito tempo estivessem em desacordo com as conquistas de técnicas mais avançadas, eram, afinal de contas, eficientes. Serviam para a finalidade a que se destinavam. Eram econômicos e suas instalações podiam ser montadas no erval com os recursos que este oferecia. Muito pouca coisa precisava vir de fora: uma ou outra peça de ferro, tal como ainda acontece hoje. (LINHARES, 1969, p.305).

Linhares tem razão quando aponta que esses recursos eram mais baratos e ainda eficientes. Todavia, o autor se equivoca ao atribuir a adoção dessa técnica à pobreza econômica do mate. A

Se os recursos mais simples foram adotados, se deveu à exploração de uma mão-de-obra especializada, que rendia boa produtividade e bons lucros...

grandeza das empresas ervateiras e o seu poder econômico não justificam essa qualificação.

Podemos afirmar que a manutenção desse processo se explica justamente pelo seu custo. Se os recursos mais simples foram adotados, se deveu à exploração de uma mão-de-obra especializada, que

rendia boa produtividade e bons lucros, não havendo a necessidade de se adotar outro processo. Em outras palavras: a maquinaria não é necessária quando o custo que o trabalhador representa ao capitalista é bastante baixo. A mais-valia extraída nesse caso é a mais-valia absoluta.

Assim, a manufatura ainda atendia às necessidades de produção do mate.

Podemos concluir, também, que a perda de controle do processo de trabalho como um todo, pelo trabalhador, decorre desse processo histórico que se justifica, “grosso modo”, na necessidade de se obter maior produtividade e, conseqüentemente, lucro. Assim, o saber do trabalhador ervateiro foi sendo substituído por um saber parcial, especializado, mas ainda de fundamental importância para o sistema de produção do mate. E foi sobretudo devido a esse saber que se justificou a dependência e a manutenção da mão-de-obra paraguaia nos ervais mato-grossenses.

Uma vez que a habilidade manual constituía o fundamento da manufatura e que o mecanismo coletivo que nela operava não possuía nenhuma estrutura material independente dos trabalhadores, lutava o capital constantemente contra a insubordinação do trabalhador [...] por todo o período manufatureiro estendem-se as queixas sobre a falta de disciplina dos trabalhadores (MARX, 1994, p. 421).

Embora a habilidade não fosse impedimento para o capital, verifica-se que há uma “luta” para impedir resistências por parte dos trabalhadores, que dominavam seu processo de trabalho.

Utilizando-se das observações de Paul Walle, Linhares afirma que o trabalho nos ervais do Paraguai e do Alto Paraná não era realizado de forma “regular”. Segundo Linhares, Paul Walle estivera nessa região no ano de 1910 e havia reparado que os capatazes não realizavam com presteza sua obrigação de fiscalização, pois, era comum se conchavarem com os trabalhadores:

O caso é que o capataz entrava logo em conchavo com os seus subalternos e os dias transcorriam mais em conversa fiada, o menor incidente servindo de pretexto para paralisar o trabalho e longas cavaqueiras serem travadas, durante as quais a única coisa que se fazia era tomar mate (LINHARES, 1969, p.299).

Contudo, sabemos que o trabalho não poderia ser realizado sem contro-

le. Os trabalhadores, recebendo por produção, tinham interesse em aumentar seu ganho. Além disso, através dos contos de Hélio Serejo, sabemos que o controle sobre esses trabalhadores não poderia ser assim tão relapso. Os rebeldes eram punidos com a expulsão, com castigos humilhantes e muitas vezes até com a morte.

Mas é evidente que os paraguaios sempre utilizavam de mecanismos para evidenciar um certo poder exercido no processo de trabalho. Exemplos são a roda de “tereré”, imposição de tradições e costumes. Essas formas de resistência podem ser entendidas como expres-

A perda de controle do processo de trabalho como um todo, pelo trabalhador, decorre desse processo histórico que se justifica, “grosso modo”, na necessidade de se obter maior produtividade e, conseqüentemente, lucro.

A importância do saber para o trabalhador ervateiro

Como verificamos, o conhecimento que o trabalhador utilizou no processo produtivo foi essencial para a produção e o desenvolvimento da economia do mate. Contudo, o saber não foi apenas importante para o capitalista que dele dependia mas, sobretudo, para o trabalhador, que dispunha de um único bem do qual ainda não havia sido expropriado.

Marx demonstra, na obra *O capital*, que a habilidade do trabalhador gerava resistências no interior da produção:

são da própria luta no interior do processo de trabalho. E esta se manifestaria, justamente, por ter ainda o trabalhador o controle sobre parte do processo de trabalho.

A partir da introdução da divisão do trabalho no interior da produção, o trabalhador perdia parcialmente seu saber.

As modificações no processo de trabalho nos ervais

AS TENDÊNCIAS À EXPROPRIAÇÃO DO SABER

Como vimos, a partir da introdução da divisão do trabalho no interior da produção, o trabalhador perdia parcialmente seu saber. O processo de expropriação do saber já se iniciara com a introdução do sistema de manufatura. Entretanto, a partir da década de 1920, vamos encontrar algumas alterações no processo de trabalho, que visavam a uma maior racionalização da produção, passando a aprofundar mais essa tendência.

Essas mudanças se iniciaram com a introdução de dois instrumentos: a tambora e o cilindro. A tambora foi introduzida pela Companhia, na década de 1920, nos ranchos onde era maior a escala de produção. Visava facilitar o trabalho do sapeco, antes realizado no campo pelos mineiros. Era uma espécie de cilindro de armação metálica perfu-

rada ou de tela de arame, assentado sobre uma armação de tijolos ou cupim, onde a erva, colocada em seu interior, girava sobre uma fornalha. Era movida pelos próprios trabalhadores através de uma manivela. Fiscalizados por um capataz, os tamboreiros precisavam ter prática e atenção, para que as folhas não se incendiassem (SALDANHA, 1986, p. 479). Esse processo implicou a utilização de outros trabalhadores, cerca de seis, especializando-os apenas no sapeco da tambora e possibilitando ao mineiro uma maior dedicação na poda (ARRUDA, 1989, p.105-106).

A outra alteração ocorrida foi no processo final de trituração ou cancheamento manual, substituído pelo cilindro dentado, movido à tração animal. Sem contato com a umidade, as folhas eram reduzidas a pedaços e revolvidas pelo maquineiro com o auxílio de uma forquilha (SEREJO, 1986, p.63).

Autores como Linhares (1969) e Serejo (1986) se referem a esses instrumentos como importantes, do ponto de vista tecnológico. O caso da tambora é assim analisado por Serejo:

O corte feito inicialmente para a tambora, protege a planta, pois o peão não necessita do punho [galho] para efetuar o sapeco, colhe

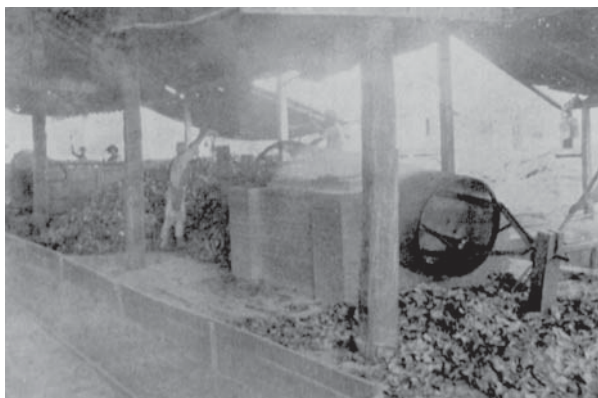


Figura 9 - Tambora

FONTE: SILVA, 1939.



Figura 10 - Moinho.

FONTE: SILVA, 1939.

unicamente a haste, e a árvore, assim intacta, ficava em condições de receber uma nova e viçosa brotação (1986, p.60).

Linhares aponta outras vantagens da tambora:

(...)haveria que falar nas melhores condições higiênicas, sem o contato das mãos dos trabalhadores, notando-se ainda a circunstância de ser essa elaboração mecânica realizada ao abrigo das chuvas, tão freqüentes durante a colheita. A parte propriamente humana ficou

A partir da década de 1930, outras mudanças que poderiam comprometer e alterar o saber dos trabalhadores foram propostas.

defendida, isolando o feixeiro do calor direto do fogo e das intempéries ou variações de temperatura (1969, p.306).

Linhares (1969, p.306) acrescenta também que esse processo evitava que o mate ficasse com gosto de fumaça e que as folhas ficassem enegrecidas com o fogo forte do sapeco.

O jornal *Tribuna do Paraná*, no ano de 1931, discutia em artigo a desvantagem do sapeco. Comentava que a erva demorava em média 3 ou 4 anos para brotar quando eram retirados seus galhos. Os galhos, como já vimos, serviam de instrumento para manipulação na fogueira. Se se cortassem apenas as folhas e os brotos, a erva poderia dar colheitas anuais. Acrescentava, ainda, que esse processo não era econômico, pois desperdiçava grande quantidade de folhas que se desprendiam dos galhos no momento de sua queima, quando se batiam as folhas no fogo. Dizia ainda o artigo: “é voz corrente entre os hervateiros que cada homem ocupado neste serviço perde uma dezena de kilos de folhas por dia; imagine-se quantas toneladas de herba monta a perda por cada safra (A TRIBUNA, 1931).

Em relação ao moinho dentado, Serejo considerava-o vantajoso, pois promovia uma grande economia de esforços (1986, p.63), além do que, protegia a erva da umidade (1946, p. 35).

A partir da década de 1930, outras mudanças que poderiam comprometer e alterar o saber dos trabalhadores foram propostas. Segundo Athamaril Saldanha, o Instituto Nacional do Mate (IMN) planejava promover alterações no corte da erva e no transporte do mineiro, assim descritas:

(...) o corte seria feito com tesouras, formalidade já testada, e aos ‘mineiros’ seria fornecida uma escada e um carrinho de mão para facilitar o corte e transporte do mate já cortado, até o local de entrega. Isto para os ervais limpos ou plantados; quanto aos ervais de mato, poderiam usar um facão menor, podando galhos menores e o transporte, em

vez de ser feito como fazem as formigas, às costas, adotar-se-iam muares cargueiros (SALDANHA, 1986, p.475).

Mas, segundo o autor, essas modificações foram rejeitadas pelos trabalhadores:

Depois de discutidos com os patrões, os métodos foram apresentados a um grupo de mineiros (cortadores de folhas), que recusou de imediato, posto que assim procediam seus antepassados e quem não carregasse o raído de erva às costas, como faziam, não era “hombre” – Conversa encerrada (SALDANHA, 1986, p.475).

Futuramente, ainda de acordo com Saldanha (1986, p. 475), o IMN pretendia, através de estudos, promover modificações na secagem da erva, eliminando o trabalho do uru.

Se essas últimas alterações não foram introduzidas, ainda nessa época, observa-se que já havia uma tendência a racionalizar o trabalho de elaboração do mate, dispensando a mão-de-obra especializada.

Essas alterações parecem coincidir com as mudanças efetuadas na direção da Companhia, a partir da década de 1920, quando assume a administração geral, em Mato Grosso, o capitão Heitor Mendes Gonçalves, sobrinho de Francisco Mendes Gonçalves, diretor-presidente da empresa. Heitor promove uma reorganização da empresa, moderniza sua administração, racionaliza o transporte e impõe novos códigos disciplina-

res nos ervais. O consumo de álcool, os jogos e armas em seus domínios foram severamente proibidos¹⁸. Incluíam-se também em seus códigos “a não permissão de permanência de mulheres de vida fácil e outras medidas de ordem moral”. O resultado dessas medidas para o jornal *O Progresso* seria “quasi que o desaparecimento de crimes que dantes eram tão freqüentes”(O PROGRESSO, 1924). Bailes não foram totalmente proibidos; os administradores sabiam da importância do lazer para seus empregados¹⁹, mas eram promovidos “dentro da maior disciplina”. Sempre criticada por ser a grande responsável pela desnacionalização da fronteira, procurava a Companhia se adequar, modificando costumes e tentando introduzir o uso da língua portuguesa em seus domínios. É o que constatava o príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança em visita a Campanário em 1926:

(...) a população ali falla o castelhamo e o guarany; mas a Matte Larangeira procura conquistar toda aquella massa de indios e populações cruzadas com elementos indigenas á orbita de nossa influencia espiritual, ensinando-lhes o portuguez (BRAGANÇA, 1926, p.16).

Campanário e Guaíra, remodeladas por aquele administrador, contavam com toda a estrutura capaz de atender aos ranchos, como oficinas, serrarias, olarias, armazéns, etc. Em Campanário foi realizada, também, uma experiência de introdução de mudas de erva-mate, visando a uma exploração mais racional. Não sabemos, no entanto, se essa experiência se efetivou; contudo, era um indício de que a Companhia pro-

curava reduzir custos, tentando obter um controle mais efetivo sobre a exploração. Podemos inferir, também, que os administradores estivessem prevendo que, a médio prazo, o monopólio da Companhia sobre os ervais nativos seria ameaçado.

Seria o fim do saber-fazer paraguaio já nessa época? Pensamos que não. Como vimos, a introdução da tambora e do cilindro, se por um lado significou aumento da produção, por outro, não teria ainda alterado fundamentalmente o processo de trabalho. A tambora, como se verificou na descrição, não era um equipamento automático, dependia ainda da habilidade do trabalhador que precisava controlar a erva, observando o momento certo de sua retirada. Também o cilindro à tração animal exigia que o trabalhador revolvesse as folhas, observando o ponto certo de sua moagem. Além do mais, esses dois instrumentos não foram instalados em todos os ranchos, só naqueles de maior produção. Serejo afirma que essas modificações não foram introduzidas em todas as ranchadas. Na maioria, diz, permaneceu o trabalho “primitivo”(SEREJO, 1999). Na década de 1930, como se observou, apareceram outras propostas mas, parece que não foram efetivadas.

Contudo, se essas modificações não promoveram alterações profundas ou resultaram numa mecanização no sistema de elaboração da erva, elas podem

A tambora, como se verificou na descrição, não era um equipamento automático, dependia ainda da habilidade do trabalhador que precisava controlar a erva, observando o momento certo de sua retirada.

¹⁸ “É rigorosa ali a fiscalização contra o álcool” (PELA FRONTEIRA SUL, 1925).

“A Matte implantou a ‘lei seca’ a que todos os trabalhadores devem obedecer.” (BRAGANÇA, 1926)

¹⁹ (...) o Heitor como os romanos não se descuida do tratamento do moral de sua gente, elle sabe que tanto o corpo como a alma precisa de distração. E si os romanos assistiam os seus de *panem et circenses*, Heitor distribue ás suas hostes locro [espécie de comida forte], yerba y jeruquy[baile] (A CIDADE, 1925).

ser entendidas como tendências à maior especialização dentro do processo produtivo.

O que se conclui, a partir desses dados, é que tanto as modificações impostas pela nova administração quanto as alterações no processo de trabalho, até a década de 1930, não haviam alterado, significativamente, o trabalho ervateiro. Ainda se contava com o saber do trabalhador e com o emprego da mão-de-obra de menores no trabalho ervateiro. A educação nos ranchos ocorria principalmente no trabalho, atendendo, assim, à dura

necessidade do trabalhador: a produção de sua precária existência.

Nos dizeres de Serejo, o paraguaio, desde que nascia, já tinha uma predestinação: “criança que nasce em ranchada ervateira fica com cheiro de mate para o resto da vida”. Serejo exprime, em outras palavras, qual era o papel que o sistema reservara ao trabalhador dos ervais. O trabalho tinha cheiro especial para o ervateiro; era impregnado pelo cheiro da erva: “(...)seu cheiro estava em nós. Vivíamos por ela” (SEREJO, s.d., p.01).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Gilberto Luiz. Mato Grosso e a História: 1870-1929. Ensaio sobre a transição do domínio da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, n. 61, p.5-61, 2º sem. 1984.
- AQUINO, Rubens. Tereré. In: *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande. Instituto Euvaldo Lodi, 1986.
- ARRUDA, Gilmar. Heródoto. In: *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande. Instituto Euvaldo Lodi, 1986.
- . *Frutos da terra: os trabalhadores da Mate Larangeira*. Assis, 1989. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História do Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis. UNESP, 1989.
- BRAGANÇA, Pedro de Orleans e. *Conceitos externados pelo Príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança em sua visita à Campanário*. Campanário, 1926. Livro de assignaturas e impressões de visitantes. E.M.L. S.A Campanário. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso do Sul
- CENTENO, Carla Villamaina. *A educação do trabalhador nos ervais de Mato Grosso (1870-1930): crítica da historiografia regional, de suas concepções de trabalho, história e cultura*. Campo Grande, 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, UFMS.
- DONATO, Hernâni. *Selva Trágica*. São Paulo: Edibolso, 1976.
- GOMES, Otávio Gonçalves Gomes. Dom Thomaz. In: *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul*. Instituto Euvaldo Lodi, 1986.
- LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. (livro primeiro : o processo de produção do capital). 7.ed. São Paulo: Difel, 1982. v.1.
- O PROGRESSO. Ponta Porã, 1924.
- PELA fronteira sul. *A Cidade*. Corumbá, 15 dez. 1925.
- OLIVEIRA, Ramão Orris Lopes de. *Entrevista*. Campo Grande. 15 abr. 2000.
- SALDANHA, Athamaril. Capataz Caati. In : *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande. Instituto Euvaldo Lodi, 1986.
- SEREJO, Hélio. Carai. In : *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande. Instituto Euvaldo Lodi, 1986
- . *Carai ervateiro*. [sl : sn]. [197-].
- . *Entrevista*. Presidente Venceslau. 18 nov. 1999.
- . *Homens de aço: a luta nos ervais de Mato Grosso*. São Paulo : Cupolo, 1946.
- . *Pialando...no mas*. Tupi Paulista : Versiprosa, 1989.
- . *7 contos e uma potoca...* Presidente Venceslau.: Vaner Bicego, 1978.
- . *Vida de erval*. [Presidente Venceslau]. : Vaner Bicego, [197 -].
- SILVA, José de Melo e. *Fronteiras guaranis*. (com um estudo sobre o idioma guarani, ou ava-ñe-ê). São Paulo: Imprensa Metodista., 1939